

# Política

MANDATO

# QUÉRCIA, PELOS 4 ANOS. "SE PUDESSE".

Foi o que o governador confidenciou ao deputado Waldyr Trigo, alegando que não quer ficar sem verbas federais.

## RETALIAÇÃO

**O empresário acusa: a discriminação existe mesmo.**

Os governadores que não abrem mão da defesa dos quatro anos de mandato para o presidente Sarney costumam fazer reclamações públicas sobre a discriminação que sofrem quando a administração federal libera os empréstimos para as obras de saneamento básico aos estados — e o Planalto frequentemente desmente que haja discriminação. Mas as retaliações existem, sim, conforme constatou ontem o empresário Roberto Braga, diretor da Associação Nacional dos Fabricantes de Material de Saneamento. "Os empréstimos que são feitos pelos órgãos de financiamento do governo federal não estão chegando aos estados onde os governadores não apoiam os cinco anos", denunciou o empresário.

Os estados mais prejudicados por essa política governamental, segundo Braga, são Alagoas, Bahia, Pernambuco e Rio de Janeiro. Mas se o alvo do Planalto for castigar seus governadores (Collor de Mello, Waldyr Pires, Miguel Arraes e Moreira Franco), o empresário alerta que há um engano. "A vítima dessa prática discriminatória é a grande população carente dos vários estados, onde a água potável e o esgoto tratado são as únicas formas de evitar que aumente a mortalidade infantil", acrescentou Braga. "Mas parece que o governo está esquecendo disso."

E o empresário disse ainda que há processos paralisados em órgãos do Ministério da Habitação e Desenvolvimento, cujos empréstimos seriam destinados aos estados onde os governadores insistem nos quatro anos para Sarney. O governo, enfim, está impedindo a liberação de empréstimos da Caixa Econômica Federal com recursos do Banco Mundial destinados às obras no setor de saneamento aos diversos estados.

Até o ministro da Habitação, Prisco Viana, embora de forma discreta, vem colaborando com essa política, segundo ainda o empresário Araga. "Muitos desses processos de empréstimos aguardam apenas autorização final da diretoria da Caixa Econômica Federal, mas, sem que haja qualquer explicação, nem mesmo são levados às reuniões dos diretores do órgão", denuncia Braga.

O ministro Prisco Viana, contudo, nega que o Palácio do Planalto esteja promovendo retaliações contra qualquer estado, em virtude da defesa que seus governadores fazem a favor dos quatro anos. No caso de Alagoas, particularmente, Prisco garante que, no ano passado, o governador Collor de Mello recebeu mais recursos do Ministério da Habitação que o governador do Maranhão, Epitácio Cafeteira.

Com esses argumentos, Prisco diz não imaginar a razão dos constantes e violentos ataques que Collor de Mello dirige ao governo federal, a quem acusa de diversas retaliações. "Só perguntando a ele", respondeu ontem o ministro, sugerindo ao repórter que se dirigisse a Collor de Mello.

## No Senado, começa a reação. Com obstruções.

Começou ontem no Senado um movimento para obstruir os créditos destinados aos governadores que apóiam os cinco anos de mandato

para o presidente Sarney — movimento classificado por dois dos principais responsáveis pela iniciativa, senadores Fernando Henrique Cardoso e Rui Bacelar, como uma "resposta" ao governo. Essa "resposta", segundo o senador Márcio Lacerda, é dirigida às dificuldades impostas pelo Executivo à liberação de créditos para os governadores Waldyr Pires (BA), Miguel Arraes (PE), Moreira Franco (RJ) e Carlos Bezerra (MT), todos favoráveis aos quatro anos para Sarney.

Na verdade, a guerra da obstrução foi deflagrada inadvertidamente por um senador que apóia Sarney — Nabor Jr. Também do PMDB, ele pediu verificação de quórum quando seria votado pedido do líder do PSB, Jamil Haddad, requerendo ao Ministério das Comunicações informações sobre os critérios usados para a concessão de canais de rádio e tevê. E como não havia quórum, ficou prejudicado também o próximo item da pauta, que previa empréstimos aos Estados e municípios, quando os quatroanistas começariam suas obstruções.



Waldyr Trigo



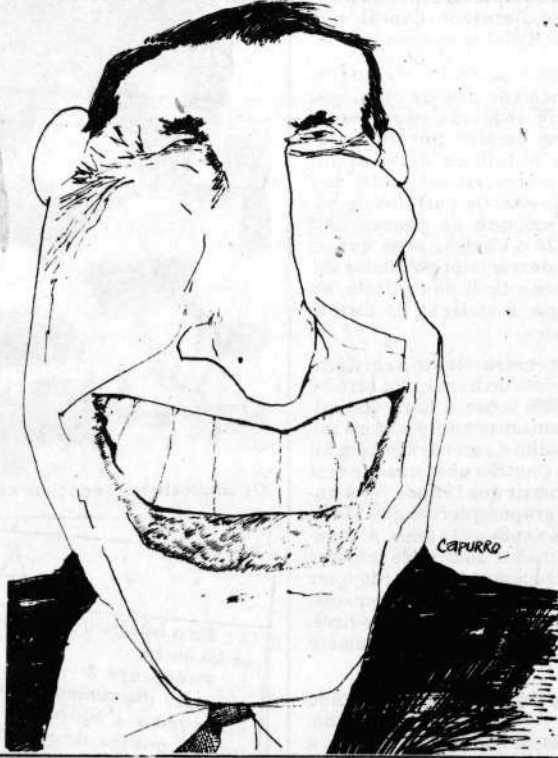
Carlos Sant'Anna



Ronaldo Caiado



Aureliano Chaves



CAPURRO

## Richa ou Robertão no Diretório do PMDB?

Há um cargo, vago com a saída do senador Afonso Camargo. Mas Richa depende dos "históricos".

A candidatura José Richa a 3º - vice-presidente do PMDB não terá mais sentido se o chamado "grupo histórico" do PMDB resolver sair do partido antes mesmo da reunião do Diretório Nacional, dia 24. A ressalva foi feita pelo próprio senador paranaense, concordando com observação do deputado Francisco Pinto (BA), membro da Comissão Executiva Nacional do PMDB.

Na opinião de Francisco Pinto, a candidatura Richa corre o risco de ser esvaziada se os "históricos" continuarem anunciando a decisão de deixar o PMDB. E levantou dúvidas: "Se o 'grupo histórico' lançou o nome de José Richa para a 3º - vice-presidência, também, representará sinais de que ninguém quer deixar o PMDB. Quem quer romper não vai disputar cargos de comando".

Ontem, o deputado Roberto Cardoso Alves — vogal da Executiva — não confirmou nem desmentiu a possibilidade de ser lançada sua candidatura a 3º - vice-presidente do PMDB. A vaga está aberta desde a transferência do senador Afonso Camargo para o PTB.

### Mudança radical ou novo partido

Cerca de 80 parlamentares estão decididos a deixar o PMDB no prazo máximo de dois meses, se até lá o partido "não reassumir sua antiga postura progressista e de combate à corrupção", conforme comunicação feita ao presidente Ulysses Guimarães

pelo deputado Pimenta da Veiga, líder de um dos grupos dissidentes. "A mudança terá de ser radical e a curto prazo, caso contrário sairemos para criar outro partido", disse o parlamentar, sem querer adiantar os nomes de outros dissidentes do grupo. Frisou apenas que a insatisfação cresce significativamente no partido, e desta vez terá conseqüências práticas.

Líder de outro grupo dissidente, o deputado Fernando Lira, juntamente com Cristina Tavares e o senador José Paulo Bisol, já estão discutindo os termos do manifesto comunicando seu desligamento do PMDB. O ex-ministro da Justiça e integrante do antigo "grupo autêntico" do partido, propõe a saída dos dissidentes antes da reunião do diretório, que discutirá o rompimento com o governo. Lira acha que pelo menos 20 deputados sairão com ele para formar outro partido, e, numa segunda etapa, em sua opinião, sairão também os senadores Fernando Henrique Cardoso e Mário Covas.

### MUP: Saída na véspera

O deputado mineiro Otávio Eliseu, um dos líderes do MUP — Movimento de Unidade Progressista — confirmou a informação de que há a intenção de seu grupo — de 25 a 30 parlamentares — deixar o PMDB antes da reunião do Diretório Nacional. "Vamos sair na véspera da reunião, no dia 23" — disse Otávio Eliseu.

### Simon: PMDB vai diminuir

O governador do Rio Grande do Sul, Pedro Simon, previu ontem, em Porto Alegre, que após o término dos trabalhos da Constituinte haverá uma ampla reformulação partidária, com o Centrão dando origem a um grande partido de centro, formando seus quadros com parlamentares que atualmente integram várias agremiações.

O PMDB "vai diminuir", admitiu Simon, acrescentando que isso será salutar tanto para o regime democrático como para o próprio partido, que ficará com uma linha doutrinária mais definida e "progressista".

Na opinião do governador gaúcho, o PMDB, apesar das defecções, continuará sendo o maior partido. Mesmo não tendo uma ideologia tão definida quanto os partidos comunistas, por exemplo, prosseguiu Simon, o PMDB ficará caracterizado como uma agremiação "de massa, comprometida com as mudanças necessárias no País".

O segundo maior partido após a Constituinte, ainda de acordo com o governador gaúcho, será o formado por integrantes do atual Centrão. O quadro partidário, acrescentou, se complementará com várias pequenas agremiações de esquerda, e uma, também pequena, de centro-direita, cujo embrião Simon admite que possa ser a UDR.

"Se eu tivesse voto na Constituinte, votaria pelos quatro anos. Por isso, estou liberando a bancada federal para votar livremente." A frase é do governador Orestes Quércia, segundo relato do deputado estadual Waldyr Trigo, logo depois de uma audiência com o governador, ontem, no Palácio dos Bandeirantes.

Quércia, porém, recusou-se a assumir a campanha pela redução do mandato do presidente Sarney, como pediu Trigo, alegando que "poderia, às vezes, ser retaliado". Sempre segundo o relato de Trigo, Quércia alegou ainda não poder correr esse risco porque depende em grande parte dos recursos federais para executar seus planos de obras.

A verdade é que cresce, não só em São Paulo, como no País todo, a campanha pela redução do mandato de Sarney. Do PMDB ao PFL, passando pelas mais importantes lideranças empresariais, surgem manifestações pelas eleições este ano, presidenciais ou gerais.

Em Brasília, ontem, por exemplo, representantes do PFL mineiro anunciaram que a bancada federal do partido deve comunicar terça-feira próxima ao seu presidente de honra, ministro Aureliano Chaves, que a quase totalidade dos seus deputados — oito dos dez — pretende votar pelo mandato de quatro anos para Sarney.

Um deles comentou que o PFL deverá fazer um apelo a Aureliano para que deixe de ser o fiador de um governo sem respaldo popular. A ira da bancada recaí também sobre o apoio ostensivo do Palácio do Planalto ao governador de Minas, Newton Cardoso. "Sarney está errado acreditando nos votos que Newton Cardoso não tem" — observou o deputado Lael Varella, depois de uma reunião da bancada no gabinete do 1º vice-presidente da Câmara, deputado Homero Santos.

### Empresários

Os empresários também voltaram a manifestar-se pelos quatro anos em pesquisa realizada entre 547 deles que participaram de um almoço, ontem, na Associação Comercial do Rio de Janeiro, em homenagem ao presidente nacional da União Democrática Ruralista, Ronaldo Caiado. Os quatro anos tiveram a preferência de 59,5% deles contra apenas 31,3% favoráveis a eleições em 1989.

Entre os nomes preferidos para a Presidência da República o do empresário Antônio Ermírio de Moraes ficou em primeiro lugar com 40,8% dos votos; Ronaldo Caiado veio a seguir, com 19,5%; o deputado Afif Domingos ficou com 5,1%; o governador de Alagoas, Fernando Collor de Mello, com 4,4%; e o ex-governador Leonel Brizola, com 3,1%.

O homenageado, Ronaldo Caiado, instou o empresário a participar mais da política, apontou a democracia como a única saída e ao defender eleições gerais imediatas em todos os níveis disse que "o verdadeiro inimigo do social é a incompetência, ineficiência e a corrupção da máquina estatal", além da "orquestração da esquerda para desarticular o movimento em defesa da livre iniciativa".

Caiado defendeu também a mobilização de todo o País para "a maior caminhada cívica já feita", para pressionar os constituintes contra as tendências de esquerda e contrapor-se às pressões da "esquerdinha radical".

### Mais apoio

Em São Paulo, o chamado "grupo progressista" do PMDB na Assembléia envia hoje telex ao presidente do partido e da Constituinte, Ulysses Guimarães, e aos integrantes da bancada federal do partido, conclamando-os a atuar em defesa dos quatro anos de mandato a Sarney. Além disso, o grupo prepara documento, ao qual pretende dar caráter partidário, com as assinaturas de outros segmentos da bancada, pedindo ao governador Orestes Quércia que assuma a liderança da luta pelos quatro anos. Cinco deputados ocuparam ontem a tribuna, sucessivamente, com pronunciamentos favoráveis aos quatro anos e denúncias de retaliações do governo federal contra os quatroanistas.

E, em Vitória, os 27 presidentes de diretórios regionais do PMDB, reunidos pelo governador Max Mauro em sua residência oficial, para que apoiassem os cinco anos para Sarney, disseram um "não" ao governador, além de terem proposto a ele o rompimento com o governo Sarney.

### Governo insiste

Do lado do governo, no entanto, o líder Carlos Sant'Anna continua insistindo que "a fixação do mandato vai ser, sem dúvida, de cinco anos". Ontem, por exemplo, ele disse ter garantidos 320 votos pelos cinco anos de mandato e que se preocupa, agora, com o término da pesquisa entre os cincoanistas para saber da viabilidade de aprovação do pedido de inversão da pauta da Constituinte, visando antecipar a votação do mandato e sistema de governo. Mas ele mesmo admite que as opiniões estão divididas e que a inversão nem mesmo poderá ser necessária diante da agilidade não esperada dos trabalhos de votação.